

CAMBURI MADEIRAS IND. COM. EXP. E IMPORTAÇÃO LTDA
CNPJ nº. 19.437.981/0001-67

Torna público que recebeu junto à SEMMA/STM, a Licença de Operação nº. 72/2020, válida até 23/12/2024, para desenvolver a atividade de Beneficiamento de Madeira Serrada, em Santarém/PA.

Protocolo: 617306**PORTAL - PORTAS E PORTAIS LTDA**
CNPJ/MF Nº 10.256.272/0001-00

Sito Est. São Miguel, nº 3, Industrial, CEP. 68.660000, São Miguel do Guamá-PA, torna público: recebeu da SEMAS/PA a Licença de Operação. nº 12488/2020, Val. 22/12/2022, atividade: desdobro de madeira em tora para produção de madeira serrada e seu beneficiamento/secagem.

Protocolo: 617323**COMPANHIA REFINADORA DA AMAZÔNIA**
CNPJ/MF nº 83.663.484/0001-86 - NIRE 15 3 0001661 4
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem, no dia 18.01.2021, às 10h00min, na sede social, na Rodovia Arthur Bernardes, nº 5555, Belém - PA, a fim de deliberar sobre alteração na composição da Diretoria. Os documentos pertinentes à Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Sociedade. Para participar da Assembleia Geral, os senhores acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (a) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; (b) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade, na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404/76; e (c) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação. Na forma do artigo 11, parágrafo único do Estatuto Social da Companhia, os acionistas que se fizerem representar na Assembleia Geral deverão depositar seus instrumentos de procuração na sede da Companhia em até cinco dias antes da assembleia. Nos termos da legislação aplicável, os documentos referentes às matérias da ordem do dia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Belém - PA, 07 de janeiro de 2021. **COMPANHIA REFINADORA DA AMAZÔNIA - André Luiz de Toledo Gasparini - Diretor; Marcos Francisco de L. C. Costa - Diretor.**

Protocolo: 617331**TOFOLI IND. E COM. LTDA-EPP**
CNPJ 13.806.113/0001-20

Torna público que recebeu da SEMMA-Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Licença de Operação n.º 0054/2020, Requerimento n.º 096/2020, Município de Santa Barbara do Pará-PA.

Protocolo: 617338**JAIME M DE L BATISTA**
CNPJ nº. 33.677.927/0001-10

Torna público que requereu junto à SEMMA/STM, a Licença de Operação, sob protocolo nº. 02338/2020, para desenvolver atividade de Fabricação de Estruturas Metálicas, em Santarém/PA.

Protocolo: 617341**TRANSPORTADORA MONIQUE LIDA**
Inscrita no CNPJ: 14.148.533/0003-91

Situada na Av. Orival Prazeres, nº227, Jardim Planalto, Novo Progresso, torna público que recebeu da SEMMA/NP a LO, de Nº142/2020, para a sua atividade.

Protocolo: 617324**A empresa GOES & GOES COMÉRCIO DE**
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES EIRELI
Com CNPJ: 30.011.891/0001-42

Torna público que recebeu da SEMAS/PA, a licença de operação nº 12511/2020, com validade 27/12/2025, para atividade de empresa transportadora de substâncias e produtos perigosos, localizado na Av. Presidente Getúlio Vargas nº 1457, Bairro Caminho das Árvores, Município de Ulianópolis-PA.

Protocolo: 617308**DEMETRIO ANTONIO SICHOSKI - FAZENDA 91**
Inscrita no CPF: 440.775.130-49

Situada na BR163, KM 1.009, Novo Progresso/PA, torna público que recebeu da SEMMA-NP a LAR, de Nº 020/2020, para a sua atividade.

Protocolo: 617317**A empresa MOVIMENTO-**
SERVIÇOS DE OPERAÇÃO PORTUÁRIA EIRELI
Com CNPJ: 07.880.761/0001-24

Torna público que requereu da SEMAS/PA, o pedido de licença de operação, sob prot. nº2020/37367, para atividade de transporte de minérios/coque, situado na Rod PA 481 - Km 11, Bairro Vila do Conde, Município de Barcarena-PA.

Protocolo: 617326**DECRETO MUNICIPAL Nº 1.699, DE 05 DE JANEIRO DE 2021**
DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA/CALAMIDADE,
NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PORTEL, NOTADAMENTE
EM SUA SEDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O **Prefeito Municipal de Portel, Estado do Pará**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo Art. 60, inciso XIX, da Lei Orgânica do Município de Portel/PA. CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará editou Instrução Normativa de nº 17/2020/TCMPA que dispõe sobre os proce-

dimentos administrativos vinculados à Decretação de Estado de Emergência/Calamidade Administrativa e Financeira;
CONSIDERANDO a precária transição de governo municipal no âmbito da Prefeitura Municipal de Portel/PA e, inclusive que houve extravio de documentos licitatórios e contábeis dos recintos públicos;
CONSIDERANDO a urgência necessária à retomada da normalidade dos serviços essenciais prestados à coletividade pelo Poder local, que demanda a decretação, sob todos os aspectos, do presente ato;
CONSIDERANDO que a não adoção de medidas capazes de evitar irreparáveis danos à saúde, educação, assistência social, saneamento básico, segurança pública e administração em geral, acarreta risco iminente à população de Portel;
CONSIDERANDO a situação de calamidade pública, decorrente da suspensão dos serviços essenciais, em virtude da inexistência de recursos para proceder o atendimento à população;
CONSIDERANDO o caos existente na rede hospitalar no Brasil e, mais especificamente no Município de Portel em meio à pandemia de COVID-19, decorrente da falta de equipamentos médicos, medicamentos hospitalares, material laboratorial, material de limpeza, infraestrutura sucateada, bem como a necessidade de contratação imediata de médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem, necessária para o funcionamento adequado da rede hospitalar, a fim de prestar à coletividade os serviços de atendimento médico, consultas, exames e atendimento de urgência e emergência;
CONSIDERANDO a míngua de documentos referentes à contabilidade, à administração de pessoal, patrimônio público, contratos, convênios, licitação, enfim, diante da insuficiência de documentos relativos ao Município;
CONSIDERANDO a situação precária em que se encontram os órgãos da Administração Direta do Município de Portel, em que especial os prédios públicos, os logradouros públicos, os prédios e imóveis locados, para fins específicos de prestação de serviços nas áreas de saúde, educação e atendimento à coletividade;
CONSIDERANDO que inexistente nenhum procedimento licitatório em vigência hábil a subsidiar o mínimo de estrutura para a garantia da continuidade do funcionamento da Administração Pública;
CONSIDERANDO, finalmente, que as medidas emergenciais são de exclusiva competência dos órgãos governamentais e que a sua não adoção poderá ocasionar prejuízos irreparáveis ou comprometer a segurança das pessoas, obras, bens, serviços e equipamentos,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada, no âmbito do Município de Portel, Estado do Pará, por contingência dos fatos descritos no preâmbulo deste Decreto, Situação de Emergência, pelo prazo de 90 (noventa) dias, prorrogáveis por igual período, continuamente, limitadas ao prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, caso persistam as situações de risco onde quer tenha havido solução de continuidade ou comprometimento da segurança e da saúde das pessoas, a integridade de obras, bens, serviços e equipamentos públicos.

Art. 2º - O Poder Público Municipal adotará todas as providências e coordenará as ações que se fizerem necessárias para minimizar os problemas ensejados da Situação de Emergência/Calamidade de que trata este Decreto.

Parágrafo Único. Os procedimentos administrativos devem ser simplificados e agilizados para o atendimento das ações emergenciais que se fizerem necessárias, observando-se, no que couber, o disposto no artigo 24, IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º - Os procedimentos administrativos de dispensa de licitação serão prioritariamente realizados para atender os serviços essenciais da Administração Pública, devendo ser destinado exclusivamente a atender a situação de emergência/calamidade administrativa no município de Portel/PA.

Parágrafo único: São Considerados serviços essenciais, nos termos do caput deste artigo, os relacionados aos serviços de:

- Assistência médica e hospitalar;
- Desenvolvimento da educação, alimentação e transporte escolar;
- Assistência Social;
- Transporte Público Municipal e;
- Limpeza e Conservação Urbana ou Rural, Captação e Tratamento de Esgoto e Lixo.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a lançar mão da legislação vigente, para que possa atender às necessidades resultantes da situação de emergência/calamidade declarada, dentro dos limites de competência da Administração Pública.

Art. 5º - O Chefe do Poder Executivo poderá abrir créditos no Orçamento Geral do Município em decorrência das despesas decorrentes deste Decreto, caso necessário.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2021.

Cumpra-se.

Publique-se.

Afixe-se no quadro de aviso da Prefeitura Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal do Portel/PA, Estado do Pará, em 05 de janeiro de 2021.

VICENTE DE PAULO FERREIRAOLIVEIRA

Prefeito Municipal de Portel/PA.

Protocolo: 617334**BELA TERRA COMERCIO DE**
COMBUSTÍVEIS MUIRAQUITÁ LTDA
CNPJ nº. 33.627.933/0001-62

Torna público que requereu junto à SEMMA/STM, a renovação da Licença de Operação nº. 024/2017, sob protocolo nº. 02036/2020, para desenvolver atividade de Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, em Santarém/PA.

Protocolo: 617342